

PORTARIA TRT 18ª GP/DG/SOF Nº 17, de 25.9.07

O DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, RESOLVE:

Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal, referente ao 2º quadrimestre de 2007, período setembro/2006 a agosto/2007, nos termos do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Publique-se no Diário Oficial da União e Boletim Interno.

ELVECIO MOURA DOS SANTOS

Desembargador Federal do Trabalho

Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região

UNIÃO - JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO/2006 A AGOSTO/2007

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liqui- dadas	Inscritas em Restos a Pagar não Proces- sados	Total
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	134.221	495	134.716
Pessoal Ativo	120.891	235	121.126
Sentenças Judiciais sem Precatório (do Próprio Órgão)			0
Sentenças Judiciais com Precatório (do Próprio Órgão e de Outros da Administração Direta)	661	41	702
Demais Despesas com Pessoal Ativo	120.230	194	120.424
Pessoal Inativo e Pensionistas	13.330	260	13.590
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)			0
(-) DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, §1º da LRF) (II)	13.328	41	13.369
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária			0
Decorrentes de Decisão Judicial	661	41	702
Despesas de Exercícios Anteriores	660		660
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	12.007		12.007
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I-II)	120.893	454	121.347

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			362.612.840
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) x 100	0,033339%	0,000125%	0,033465%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) 0,049680 %			180.146
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) 0,047196 %			171.139

FONTE: SIAFI e SOF/TRT 18ª

Notas: (R\$ MILHARES)

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

2) O item "sentenças judiciais com precatório" compõe-se de sentenças judiciais de pequeno valor (662), sendo 41, referente ao subitem "98" - restos a pagar, e de precatório da Adm Direta (40), referente a outros Órgãos da Adm Direta e executados com orçamento alocado a este Tribunal.

3) Foi recebido por meio de destaque para pagamentos de precatórios da Adm Indireta o valor de 220.

4) Do total de 767, referente a despesas de exercícios anteriores, 107 foi realizado com recursos vinculados, restando não computadas 660.

ELVECIO MOURA DOS SANTOS

Desembargador Federal do Trabalho

Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região